



Center for Studies on Inequality and Development

Texto para Discussão N^o 127 – Setembro 2017

Discussion Paper No. 127 – September 2017

ESTARÁ O FUTURO DA SOCIAL DEMOCRACIA NAS MÃOS DAS MULHERES?

Celia Lessa Kerstenetzky (UFRJ)

www.proac.uff.br/cede

ESTARÁ O FUTURO DA SOCIAL DEMOCRACIA NAS MÃOS DAS MULHERES?¹

WOULD THE FUTURE OF SOCIAL DEMOCRACY BE IN THE HANDS OF WOMEN?

Celia Lessa Kerstenetzky²

RESUMO: Contra o pano de fundo das transformações na base política dos estados de bem-estar contemporâneos, o artigo examina a hipótese de que as mulheres estariam se movendo para o centro de uma nova coalizão redistributiva, fornecendo suporte para o novo estado do bem-estar de “investimento social”. Esse processo seria o prolongamento de um anterior, o da penetração das mulheres na esfera pública (mercado de trabalho e política), cujo avanço esperado requer políticas típicas de investimento social. Estas políticas, por sua vez, são consideradas elementos críticos para a sustentabilidade do estado do bem-estar. O artigo revisa extensivamente os argumentos e a literatura empírica sobre os passos que levam à formulação completa da hipótese. Aparentemente, o conjunto de argumentos e evidências produzido parece corroborá-la; não obstante, o artigo também indica desafios e dificuldades que se podem antecipar com relação a um estado do bem-estar de investimento social de tipo *social democrata*.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Bem-Estar Social. Social Democracia. Mulheres. Política.

Artigo recebido em 09 de maio de 2017

¹ Uma versão anterior deste ensaio foi apresentada no painel fechado: “Comparing Redesign of Welfare Regimes to Understand Adaptation to Social Investment Perspective: Regional Trends and Domestic Stories” of the International Political Economy Research Committee, 2014 International Political Science Association Congress, 18-25 July, Montreal.

² Professora titular do Instituto de Economia da UFRJ, pesquisadora 1 do CNPq, diretora do CEDE (Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento), pós-doutora com louvor em Ciências Políticas e Sociais pelo European University Institute (1998), doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (1997), mestre em Economia pela UFRJ (1989), graduada em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1980), pesquisadora visitante na Columbia University, no MIT, na Universidade de Illinois e na Universidade Pompeu Fabra em Barcelona e professora visitante na Universidade de Siena na Itália e no INAG em Cabo Verde.

ABSTRACT: Having in the background the transformations in the political base of contemporary welfare states, this article aims to study the hypothesis that women are moving into the center of a new redistributive coalition and giving support to the new welfare state of “social investment”. This process could be the development of a previous one, i.e., the women’s penetration in the public sphere (labour market and politics), which expected advance requires typical policies of social investment. These policies, in turn, are considered as critical elements to welfare state’s sustainability. This article reviews extensively the arguments and empirical literature about the steps that lead to the complete formulation of the hypothesis. Apparently the produced set of arguments and evidences might confirm it; nevertheless this article also shows challenges and difficulties that may be foreseen and are related to a *social democratic* welfare state of social investment.

KEYWORDS: Welfare State. Social democracy. Women. Politics.

INTRODUÇÃO

Uma nova constelação de necessidades sociais tem forçado a questão dos cuidados em direção ao centro da agenda do estado do bem-estar. As mulheres, as tradicionais provedoras de cuidados nas famílias, maciçamente entrando na força de trabalho, valores e normas de gênero em contestação senão em franca transformação, arranjos familiares mono-parentais proliferando e populações envelhecendo rapidamente com aumento expressivo do número de idosos dependentes -- todos esses fenômenos se associam ao que alguns observadores têm chamado de “crise dos cuidados”. E apesar de o velho estado do bem-estar ter sido, muito provavelmente, o principal disparador de muitas dessas mudanças, ele não parece adequado para respondê-las. De fato, reações de proteção social tradicionais parecem relativamente inócuas frente aos novos desafios colocados pela crise dos cuidados.

Em muitos casos, a adaptação tem sido lenta e ainda tentativa, e, em qualquer caso, mediada pelos culpados usuais da variação entre países, vale dizer: o desenho do estado de bem-estar, fatores culturais e socioeconômicos e, genericamente, instituições econômicas, sociais e políticas. Contudo, nas últimas duas décadas, uma nova maneira de pensar o estado de bem-estar

emergiu dos esforços de fazer sentido dos novos problemas, esclarecendo conexões causais e imaginando intervenções que possam melhor responder às necessidades identificadas (Morel, Palier & Palme 2012). Por exemplo, a ênfase tradicional em manutenção da renda foi substituída ou complementada por uma nova ênfase em provisão de serviços, refletindo o que tem sido denominado de “fase de ativação” do estado do bem-estar (Kerstenetzky 2012; Bonoli 2014). Essa nova ênfase, por sua vez, parece refletir a crença de que o compromisso do novo estado do bem-estar, em uma era de incertezas selvagens, deveria ser o incremento da produtividade agregada mais do que a garantia direta de bem-estar.

Contudo, o que é algumas vezes apresentado como um conjunto coerente de ideias de fato esconde variação importante: deveríamos estar nos referindo mais propriamente a diferentes modos de engajamento nessa nova maneira de pensar a provisão social. Como indicado por Morel, Palier and Palme (2012), é possível identificar atualmente pelo menos três variantes da assim chamada perspectiva do investimento social: uma variante neoliberal do tipo “fazer o trabalho valer a pena” (‘make work pay’ welfare), uma segunda, do tipo “fazer o trabalho valer a pena mais provisão focalizada de serviços” (‘third way’ welfare), e ainda uma terceira, de raiz social democrata, do tipo “provisão universal de serviço *cum* seguridade social orientada para ativação”³. Todas as variantes compartilham certas premissas com a chamada economia do lado da oferta (*supply side economics*), com sua ênfase nas forças produtivas, mas a vertente social democrata é eclética, pois inclui princípios típicos da economia do lado da demanda: reconhece a importância de transferências de renda e emprego público no setor de serviços sociais, de modo que, como na tradição Beveridgiana, alguma endogeneidade e capacidade de geração de recursos são diretamente atribuídas ao gasto social.

O foco deste artigo recairá sobre a vertente social democrata do investimento social, e, em particular, sobre as perspectivas abertas por ela para a sustentabilidade econômica e, especialmente, política do estado de bem-estar social democrata, com sua típica orientação para a igualdade. Na parte seguinte, apresentarei brevemente a lógica da sustentabilidade econômica atribuível à perspectiva social democrata do investimento social (ou PIS, para abreviar). As políticas de conciliação do trabalho com a família se destacam como parte integral e crucial da arquitetura da

³ Solga 2014 chama esta versão de “double liability welfare state”. Uma quarta variante poderia ainda ser identificada como a adaptação Bismarckiana da nova orientação para o mercado de trabalho, mas esta seria mais uma prática do que propriamente uma doutrina.

PIS na medida em que respondem aos novos problemas econômicos e fragilidades sociais. Nas partes seguintes, examinarei argumentos e evidências factuais relativos ao problema da sustentabilidade política do estado do bem-estar, tendo como base a economia política das políticas de conciliação família-trabalho e a exploração dos diferentes regimes de família-trabalho. Trata-se, em última análise, de investigar se o eleitorado e a agência política femininos são o lugar onde boa parcela de esperança pode ser depositada com relação à continuidade do experimento social democrata sob as desafiadoras circunstâncias da contemporaneidade. Na seção final, discuto implicações e provocações à narrativa proposta.

1. O ESTADO DO BEM-ESTAR PRODUTIVISTA: SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A emergência da perspectiva do investimento social do estado do bem-estar tem sido considerada como a “melhor resposta” ao novo conjunto de fontes de insegurança de bem-estar que se tornou proeminente a partir do início dos anos 1980. Uma lista resumida incluiria inevitavelmente a revolução tecnológica e a reestruturação produtiva radical operada na indústria, implicando desemprego, redução relativa do setor industrial e concomitante inchaço do segmento de serviços, o qual deve ao mesmo tempo atender as necessidades do setor de tecnologia e a crescente demanda por todo tipo de serviços ao consumidor. Admitidamente, a globalização foi o disparador dessas transformações na medida em que estendeu a concorrência de mercado para a escala global e provocou a convergência geral aos parâmetros da nova “economia do conhecimento”. Domesticamente, um importante efeito colateral foi a deterioração dos mercados de trabalho, agora crescentemente dominados pelos empregos polarizados do setor de serviços, tornando a deficiência de qualificações – frequentemente associada a contratos precários, baixos salários e fraca sindicalização – um risco social agudo, e exibindo desemprego duradouro como outra de suas características distintivas. Desigualdade da renda do trabalho e pobreza no trabalho crescentes estão entre os efeitos negativos mais notáveis.

Acumulando-se à insegurança no mercado de trabalho estão as mudanças nas famílias: o aumento nas taxas de divórcio, os múltiplos arranjos familiares, a disseminação de famílias monoparentais ou formadas por um único indivíduo. Estas transformações prometem romper uma tradicional forma de garantia de bem-estar, o contrato familiar implícito entre o chefe de família masculino e a cuidadora feminina. Ademais, a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho

restringe ainda mais a provisão familiar de cuidados. Agravando esse movimento, as demandas de cuidado se intensificam com o envelhecimento das populações. Muitas mulheres lidam com as pressões crescentes adiando a maternidade, reduzindo a fecundidade, e/ou participando de modo precário no mercado de trabalho ou de todo se abstendo dele (uma opção que incide preferencialmente sobre as mulheres mais pobres) – o que dá testemunho da resiliência das normas tradicionais de gênero. Para completar, a intensificação da endogamia socioeconômica, isto é a formação de famílias a partir do casamento entre pessoas de condição socioeconômica semelhante, reforçou a segmentação societária e as desigualdades sociais. Novas fontes de desigualdades econômicas e pobreza, desta vez separando mulheres de distintas condições socioeconômicas e impulsionando a pobreza infantil, contribuiram para reconfigurar as sociedades contemporâneas.

Face às “falhas” de mercado e famílias, a provisão de bem-estar deveria ser garantida pelo *estado* de bem-estar que é, na terminologia de Esping-Andersen (1990), o terceiro pilar de provisão de bem-estar. Mas, evidentemente, o estado de bem-estar se encontra sob forte pressão ele também. De um lado, para o estado compensar a retração de mercados e famílias, recursos adicionais seriam necessários. O discurso de manutenção de renda enfrentaria resistência de contribuintes, dos negócios em particular, sobre quem a conta adicional recairia, os quais poderiam responder contraindo seu “esforço produtivo”. Essa pelo menos é a previsão de teorias do “*tradeoff*”, mesmo que o exame do gasto social das últimas décadas não confirme obstrução efetiva da expansão, desafiando a teoria da globalização e a previsão infalível de “corrida para o fundo”, ainda que reformas institucionais na seguridade social estejam de fato ocorrendo em toda parte (Kerstenetzky 2012, OECD 2012). Mas seria surpreendente se a expansão do gasto prosseguisse indefinidamente, especialmente quando confrontada com discursos fiscalistas e de austeridade, crescentemente dominantes. Por outro lado, enquanto parece claro de onde poderia partir a maior resistência à expansão do gasto social – das classes média e alta, responsáveis pela fatura da provisão de recursos – não é igualmente claro em termos que façam sentido nos dias de hoje de onde viria suporte abrangente para redistribuição de renda adicional de tipo tradicional (sobre isso falaremos ainda na próxima parte). Ao passo que os estados de bem-estar do pós-guerra repousaram sobre uma aliança de classes bem delineada, está longe de bem definida a coalizão que dará sentido e sustentará uma aliança política para que o estado do bem-estar pós-industrial faça o mesmo que o tradicional fazia.

É com a virada produtivista que a perspectiva do investimento social pretende reduzir a dissonância mencionada, modificando um jogo de soma zero em uma situação em que só há

ganhadores. A estratégia é transmutar a lógica do gasto em lógica de investimento. Isso se traduz num conjunto de políticas que ao mesmo tempo em que reduzem várias desigualdades sociais – na estrutura de oportunidades, nas esferas de segurança econômica e social, nos resultados em termos de bem-estar – promovem a atividade econômica e aumentam a produtividade. As políticas sociais são calibradas para estimular o emprego e a qualificação, um objetivo que sob a vertente social democrata (aquela que nos ocupará neste artigo) vai de mãos dadas com a segurança econômica e social e visa à igualdade. Um argumento central é então que as desigualdades de oportunidades, além de socialmente injustas, são um desperdício de recursos e capacidades produtivas valiosas, em vista das crescentes demandas de bem-estar. Mas o argumento de oportunidade é acompanhado da cláusula de que frente à incerteza que caracteriza a nova economia do conhecimento a garantia de segurança econômica e social é indispensável, dentre outros motivos certamente ainda mais dignos de atenção, para evitar desperdícios de capacidades produtivas humanas. Sob essa narrativa, a justiça social, *ex-ante* e *ex-post* do funcionamento dos mercados, se torna a lança do progresso econômico e o escudo que dele protege.

Entre as políticas centrais estão aquelas diretamente relacionadas ao mercado de trabalho, combinando benefícios de renda generosos (por exemplo, auxílio desemprego) com políticas ativas de promoção de qualificações, emprego público no setor de serviços sociais e educação abrangente e de qualidade⁴. Mas as políticas que me interessam nesse trabalho são as relacionadas à conciliação família-trabalho, que apóiam a vida familiar⁵. Em termos de uma perspectiva de investimento, creches e, de modo geral, cuidados externos para crianças, têm duas implicações cruciais: facilitam o emprego das mães (aqui incluídos os empregos de qualidade em tempo integral e com perspectiva de carreira) e possibilitam o aumento da “quantidade e qualidade” da população, contrapondo-se ao declínio das taxas de fecundidade para níveis inferiores ao de reposição populacional e ao deficiente início de escolarização das crianças de famílias de baixa renda. O suposto “myrdaliano” implícito aqui é que uma população altamente produtiva é um fator econômico crítico, especialmente em economias do conhecimento, para se realizar a expectativa de uma alta

⁴ Uma visão abrangente dessa abordagem pode ser encontrada em Morel, Palier & Palme eds. (2012). A principal influência é o trabalho mais recente de Esping-Andersen (1999, 2002, 2009).

⁵ O conjunto completo das políticas trabalho-família, segundo Morgan (2012), incluiria além de cuidados para idosos, cuidados para crianças, licenças parentais, políticas de trabalho em tempo parcial com horários apropriados de cuidados para crianças e pré-escolas, disponibilidade de contra-turno escolar, licenças decentemente pagas e longas (mas não longas demais).

longevidade com bons padrões de vida. Cuidados para idosos providos externamente e licenças parentais, outros tipos de intervenção que integram o pacote de conciliação família-trabalho, são também instrumentais para o emprego das mulheres. Eles garantem às mulheres tempo livre de custos implícitos, seja para trabalhar ou cuidar, ao mesmo tempo em que as mantém ativas. Ademais, a PIS também advoga a igualdade de gênero e está interessada na capacidade dessas políticas de promovê-la: além de atender a exigências de justiça, a igualdade de gênero tem um componente de investimento que é valioso também em um raciocínio produtivista, pois desigualdade de condições de todo tipo são um desperdício de capacidades produtivas e criativas.

O investimento social de tipo social democrata é tipicamente universalista. Ao lado de argumentos baseados em moralidade pública (direitos sociais), a lógica tradicional para o universalismo pode ser encontrada na incerteza (Kerstenetzky 2012), como, por exemplo, nas necessidades sociais e custos sociais em Richard Titmuss: do ponto de vista da autoridade pública, na medida em que não se sabe por antecipação onde e quando a má sorte incidirá e se ignora sua origem, a melhor forma de proteção é oferecer a prevenção mais extensiva e abrangente possível. Na narrativa do investimento social, o universalismo se apóia também em argumentos de expediência: ao se colocarem pessoas de diferentes ambientes sociais lado a lado no consumo conjunto de bens públicos, se equalizará ou minimizará suas discrepâncias de bem-estar e capacitações (uma preocupação notável aqui é com a qualidade dessa provisão) ao mesmo tempo em que se viabiliza a coleta de mais recursos para financiar a provisão pública e o benefício de alguns efeitos de incentivo. Entre estes últimos, é mencionado o fato de que desde uma perspectiva produtivista as crianças podem ser vistas como uma “externalidade social”; os custos de criá-las e desenvolvê-las são, contudo, incorridos pelas famílias (Esping-Andersen 2009): compartilhar esses custos com as famílias parece a decisão correta do ponto de vista público, independentemente de sua origem social, se as crianças são socialmente desejadas. Outro aspecto de incentivo é o compartilhamento de capital cultural e social entre crianças de origens sociais diferentes que frequentam centros de cuidados públicos e escolas públicas, elemento importante não apenas para melhorar as perspectivas de vida daquelas desprovidas de ambientes familiares e sociais estimulantes, como para gerar resultados agregados positivos, do ponto de vista econômico. O universalismo desponta como estratégia eficiente, em linha com a lógica econômica do investimento social.

Na medida em que melhora emprego e produtividade, o estado do bem-estar de investimento social adquire sustentabilidade econômica. Uma população não decrescente e produtiva deverá garantir a base fiscal sólida necessária para financiar as políticas redistributivas eficientes do (custoso) estado do bem-estar. Essa é em linhas gerais a estória do investimento social.

2. ESTADO DO BEM-ESTAR CENTRADO NAS MULHERES: SUSTENTABILIDADE POLÍTICA

Um argumento similar poderia ser feito em relação à sustentabilidade política do estado social sob os auspícios da PIS. Aqui seria preciso demonstrar que o mesmo conjunto de políticas que assegurariam a sustentabilidade econômica poderia – na verdade, deveria – também garantir sustentabilidade política. A premissa maior é que sendo as beneficiárias imediatas das políticas de trabalho-família, as mulheres se constituíam em um importante bastião político do estado social do investimento social. Uma questão a perquirir seria a transição das mulheres para a condição de agentes políticos, passando por questões de constituição de identidade, autoconsciência e ação política concertada. Aqui discutirei rapidamente a lógica situacional abstrata que configuraria esse caminho para, em seguida, reportar fatos estilizados que corroboram o apoio político das mulheres ao conjunto de políticas trabalho-família da PIS, as políticas de cuidado em especial.

O pano de fundo contra o qual esta investigação se coloca é a multiplicação de vulnerabilidades na era contemporânea e a correspondente fragmentação do apoio político ao estado do bem-estar. Trabalhadores industriais sindicalizados, em aliança inicialmente com classes rurais e em seguida com trabalhadores e classes médias urbanas, acomodados em uma coalizão política tipicamente liderada por partidos social democratas, se constituíram na base política do velho estado do bem estar de seguridade social, o qual respondia com um conjunto de políticas que atendiam primariamente às necessidades sociais desses grupos. Essa estratificação sociopolítica e as economias de pleno-emprego às quais correspondia não se encontram mais em lugar algum: as radicais mudanças econômicas e societárias das últimas décadas produziram efeitos na política do estado do bem-estar, ainda a serem plenamente avaliados, turvando, contudo, divisões e oportunidades de alianças inter-classes. O trabalho industrial encolheu e tem estado sujeito a condições e contratos diferenciados, contra o pano de fundo da crescente competição global por

ganhos de produtividade; o inchaço do setor de serviços multiplicou a heterogeneidade de condições e situações entre trabalhadores, dificultando a emergência de solidariedade entre eles; a forte concorrência de mercado, terciarização e crescente heterogeneidade são fatos conhecidos a dar inteligibilidade ao enfraquecimento dos sindicatos. Os eleitorados tradicionais de partidos que fortemente apoiavam o estado do bem-estar parecem estar evaporando (Morgan 2012, 2013, Bonoli & Reber 2010).

Na medida em que a PIS se apresenta como equação das novas necessidades sociais, e as políticas de conciliação se destacam, parece razoável supor que o fato de serem centradas nas mulheres fará delas um ponto de atração para o eleitorado feminino. E ao passo que as mulheres não são evidentemente um contingente homogêneo de eleitores, parece, contudo, plausível supor que por conta de diferenças de gênero (vale dizer, diferentes representações dos papéis sociais de mulheres e homens) o grau de heterogeneidade entre mulheres e homens é maior do que entre as mulheres no que se refere à prioridade de políticas que incidam sobre os papéis de gênero. Experiências compartilhadas e expectativas sociais diferenciadas, na medida em que se cristalizam em normas sociais – por exemplo, a norma de que a mulher é quem deve cuidar – dão conta de boa parte das diferenças. Na medida em que as mulheres estão entrando com força no mercado de trabalho (uma importante mudança de identidade), a questão do cuidado e outros obstáculos proeminentes ao emprego se tornam preocupações objetivas para elas. Ademais, como parceiras dos homens na sustentação financeira das famílias, as mulheres passam a contestar o substrato objetivo de normas de cuidado tradicionais (uma nova consciência?). Politicamente, várias conseqüências parecem plausíveis de se esperar: primeiro, que as políticas de bem-estar orientadas às mulheres, dentre elas as políticas de conciliação, figurem entre as prioridades das mulheres; e segundo, na medida em que partidos de esquerda são os que tradicionalmente advogam essas políticas, as mulheres votariam neles em proporção talvez superior aos homens; terceiro, mulheres precisariam de mulheres representantes e de modo geral mulheres políticas para que suas perspectivas e reivindicações sejam levadas à esfera política; quarto, e como uma condição para o anterior, deve existir um alinhamento de prioridades entre as mulheres políticas e o público feminino de eleitores; e quinto, pode haver oportunidade para uma nova aliança política gênero-idade ao nível do eleitorado, entre os idosos e as mulheres cuidadoras/trabalhadoras, tornando as mulheres políticas representantes potenciais de idosos. Em suma, as mulheres podem ser as novas protagonistas de uma versão atualizada da clássica teoria dos recursos de poder do estado de bem-

estar (Bonoli & Reber 2010), uma nova força política que conduzirá boa parte das mudanças necessárias (ação política).

Que grau de realismo podemos atribuir a essa reconstituição lógica? Se essas coisas estão de fato acontecendo, como estariam acontecendo?

Felizmente, a literatura empírica relativa a muitos desses problemas é prolífica e vem crescendo, especialmente a partir de fins da década de 1990. Suas origens remotas remontam às literaturas sobre o estado do bem-estar e feminista. Desde a reabilitação do estado do bem-estar de seu exílio patriarcal, levada a cabo por estudiosas revisionistas feministas a partir do final dos anos 1980 (Hernes 1987⁶), que por sua vez convergiu com a lenta aproximação da literatura *mainstream* sobre o *welfare state* a temas de família e gênero (Esping-Andersen 1999, 2002, 2009), tem havido atenção crescente à intersecção (Borschorst & Birte 2002). Meu interesse é avaliar se a sustentabilidade política da PIS é uma expectativa razoável à luz dos fatos conhecidos.

A partir da discussão clássica sobre representação levada a cabo por Hannah Pitkin (1967), analistas feministas tomaram as categorias de representação descritiva e substantiva para assinalar o imperativo de mulheres serem representadas por mulheres (representação descritiva) para que seus interesses e prioridades substantivas sejam avançados nas esferas representativas do sistema político (Philips 1995, 1998). Essa crença tem sido substanciada por um conjunto expressivo de trabalhos empíricos, e a evidência não se restringe aos países desenvolvidos (Campbell, Childs & Lovenduski 2009 provê uma revisão dos achados). Ademais, a partir de um estudo levado a cabo na África Sub-Sahariana, há indicação de influência positiva da representação política das mulheres sobre o engajamento de mulheres na política de um modo geral (Barnes & Burchard 2012), fornecendo suporte para a idéia de que a política se torna mais interessante para as mulheres na medida em que seus interesses estejam de fato ecoando na esfera política. Outro conjunto de estudos tem enfatizado a necessidade de uma massa crítica de mulheres para que o gênero faça de fato diferença nos corpos políticos representativos: algo entre 25-35 por cento de membros no parlamento (Dahlerup 1988, confirmado no estudo de Barnes & Burchard 2012, para uma revisão da literatura ver Childs & Krook 2008), ainda que alguns estudos sugeriram que mesmo com níveis de representação simbólicos, a presença de mulheres é sentida substantivamente mesmo que não

⁶ Hernes cunhou o termo “estado amigável às mulheres” (women-friendly state), “um estado que não forçaria escolhas mais difíceis sobre as mulheres que sobre os homens, ou permitira tratamento injusto com base no sexo” (p.15), tendo em mente o estado típico da Escandinávia.

muito efetiva (Taylor-Robinson & Heath 2003)⁷. E apesar de serem os partidos à esquerda do espectro político os que usualmente avançam esses interesses e perspectivas, permanece uma perceptível diferença de prioridades entre homens e mulheres políticos dentro do mesmo partido mesmo quando controladas outras fontes de variação, indicando que gênero importa (Campbell, Childs & Lovenduski 2009).

Empiricamente, esses interesses parecem orbitar em torno de questões de bem-estar e direitos das mulheres. Há evidência substancial de saliência de questões de bem-estar variando desde apoio a educação, saúde, desenvolvimento infantil e políticas de família a direitos das mulheres em geral, seja para o mundo desenvolvido, seja o menos desenvolvido, especialmente Índia e América Latina (Bolzendahl & Brooks 2007, Gibson 2012, Taylor-Robinson & Heath 2003, Avelar 2001, Romero 2014). É de se destacar um estudo sobre a província indiana de Kerala, que mostra a preferência pela agenda de bem-estar também em contextos participativos e mesmo na ausência de uma massa crítica de mulheres ao nível dos parlamentos, sugerindo que a redistribuição é mais efetiva quando as mulheres estão mais envolvidas na política (Gibson 2012). Ademais, ao longo das últimas três décadas, os interesses das mulheres têm se concentrado crescentemente em políticas de conciliação, com alguma coincidência com perspectivas de igualdade de gênero (Caiazza 2004, Bolzendahl & Brooks 2007 é uma revisão de muitos dos trabalhos). De fato, enquanto o sufrágio feminino e os movimentos de mulheres são amplamente percebidos como importantes disparadores políticos do gasto social no pós-guerra e mesmo antes (Orloff 1996, Orloff 2010, Annesley 2007, Pierson 2006, Hobson and Lindholm 1997, Sainsbury 2001), cuja expressão emblemática é a introdução de políticas de família em muitos países ainda nos anos 1940 (por exemplo, as prestações familiares), a crescente participação política feminina através do voto e da representação nas últimas décadas tem sido positivamente associada com, e mesmo um fator chave para, o gasto do tipo PIS e a expansão das taxas de cobertura de creches e licenças parentais (Morgan 2012, 2013, Naumann 2012, Bonoli & Reber 2010, Caiazza 2004).

O alinhamento de prioridades entre as mulheres políticas e a massa do eleitorado feminino tem sido confirmado em trabalhos empíricos, apoiando a hipótese de que “mulheres votam em

⁷ O estudo de Taylor-Robinson e Heath recolhe evidência de representação descritiva em países desenvolvidos, mas apresenta também o caso de Honduras (com baixa proporção de mulheres políticas) que confirma o fato estilizado. Temos evidência de iniciativa legislativa também para o Brasil. Com um nível diminuto de participação no Congresso (inferior a 9%), as mulheres políticas brasileiras são bastante ativas, especialmente em questões relacionadas a bem-estar. Cf. Romero (2014).

mulheres”. De modo geral, no entanto, parece haver significativa superposição entre fatores ideológicos e de gênero (Campbell, Childs & Lovenduski 2009). De fato, há apoio empírico, ao menos para países desenvolvidos, para a tese de que estaria ocorrendo uma nova discrepância política de gênero (*new gender political gap*): as mulheres, eleitoras tradicionalmente conservadoras, começaram a se deslocar para a esquerda a partir dos anos 1980, chegando a superar os homens em sua preferência por partidos de esquerda (Abendschon & Steinmetz 2014; Morgan 2012; Morgan 2013).⁸

Aparentemente, um fator de aceleração da participação política das mulheres e de seu deslocamento em direção a preferências políticas não conservadoras teria sido o incremento de sua participação econômica a partir dos anos 1970, como vários estudos indicam (Stockemer & Byrne 2011; Bolzendahl & Brooks 2007; Abendschon & Steinmetz 2014). Nesse sentido, necessidades urgentes e intensas inclinaram as mulheres a pressionar por serviços sociais, desse modo configurando um novo grupo de interesse ao qual as mulheres políticas responderam com destaque: de fato, crescentes taxas de participação econômica foram secundadas por crescente participação política e estas, por sua vez, se associaram a crescente gasto social em muitos países desenvolvidos, inclusive de tipo universalista (Bolzendahl & Brooks 2007; Orloff 1996). Mas foram os partidos de esquerda que lideraram a expansão: embora historicamente a relação entre partidos de esquerda e sindicatos e mulheres políticas/trabalhadoras não tenha sido linear, os partidos de esquerda foram os primeiros a encorajar a participação política das mulheres as quais, uma vez nos partidos, foram capazes de sensibilizar a liderança partidária para projetar políticas orientadas para as mulheres para um lugar de destaque na agenda partidária (Naumann 2012; Morgan 2012; Barnes & Burchard 2012; Caul 1999). Alguns estudos recolhem evidência de que partidos de centro-direita começaram a seguir essa linha (Naumann 2012; Morgan 2012, 2013), mas a força da esquerda parece ser uma influência contínua (Bonoli & Reber 2010). De todo modo, fatores como o enfraquecimento das divisões religiosas na esfera pública e a crescente participação no mercado de trabalho podem ter voltado as mulheres na direção de partidos de esquerda, igualdade social, normas de gênero igualitárias e apoio para gasto social adicional (Morgan 2013; Naumann 2012). Em particular, a força de partidos religiosos parece estar negativamente associada aos níveis de gasto público com creches (Bonoli & Reber 2010).

⁸Outras desigualdades políticas presentes na literatura são o menor interesse por, e engajamento em, política por parte das mulheres, as quais persistem. Ver Chibber 2002 para comparações internacionais.

Por fim, essas mudanças comportamentais e de visão de mundo por parte das mulheres recentemente passaram a integrar os cálculos estratégicos de vários partidos políticos. Se é verdade que as políticas orientadas para as mulheres, em especial as políticas de conciliação, são peças tradicionais do mosaico doutrinário de partidos social democratas, o fato de que o apoio feminino tem se tornado crucial, na medida em que mais mulheres participam politicamente (boa parte votando na esquerda) enquanto o eleitorado tradicional se desfaz, tornou essas políticas atraentes para outros partidos (Morgan 2012). De fato, a feroz competição pelo voto feminino tem promovido essa agenda desde o final dos anos 1990: os partidos europeus à direita do espectro político, mas também partidos social democratas tradicionalistas como o Labor britânico, conceberam e implementaram estratégias como o recrutamento de mulheres, promoção de mulheres à liderança, adoção de cotas e metas, e alteração de plataformas eleitorais para incluir as políticas de conciliação família-trabalho (Morel et al. 2012; Morgan 2012; Morgan 2013; Naumann 2012). O caso do New Labor é emblemático (Morgan 2012). Na eleição de 1997 que deu ao New Labor vitória maciça, este abertamente favoreceu candidatas mulheres, assim obtendo o voto feminino; no Parlamento, essas mulheres iniciaram um processo frenético de produção legislativa em um impressionante caso de mudança de paradigma que alterou dramaticamente a paisagem das políticas de família na Grã-Bretanha. De modo geral, estudos mostram que a crescente competição pelo voto feminino e as mudanças relacionadas na política eleitoral, sendo consequência de poderosas forças como o crescente empoderamento público e privado das mulheres e o declínio de identidades religiosas e de classe, são os vetores principais por trás das mudanças recentes no estado de bem-estar na direção da adoção de políticas de família-trabalho (Morgan 2012).

É interessante ainda notar que enquanto alguns estudos apontam uma forte competição por recursos em estados do bem-estar pouco desenvolvidos entre políticas de cuidado para crianças e políticas voltadas para os idosos, como as aposentadorias, sugerindo a clivagem geracional como uma característica do novo estado do bem-estar a dificultar seu direcionamento para as novas políticas de conciliação (Bonoli & Reber 2010), outros revelaram que a proporção de idosos na população estaria forte e positivamente associada com a representação política feminina (Bozendahl & Brooks 2007) – embora neste caso não esteja claro se seria por conta da maior sensibilidade das mulheres às necessidades dos idosos ou às suas próprias necessidades de conciliação de cuidados com o trabalho pago (ibidem). Em qualquer caso, este último trabalho também observou que as mulheres políticas exercem um alto grau de influência sobre o gasto do

estado de bem-estar, apenas ligeiramente inferior ao efeito da proporção de idosos (eleitores tradicionais do *welfare state*) na população.

3. PREFERÊNCIAS DAS MULHERES E RESULTADOS: ESTADO DO BEM-ESTAR OU CULTURA?

A convergência de políticas promovida pela competição eleitoral não foi necessariamente na direção de uma PIS social democrata. Esta inclui uma preocupação com equidade de gênero que não é consensual entre as comunidades de formuladores de políticas sociais.

O matrimônio da literatura de regimes de bem-estar com o feminismo simpático ao *welfare state* deu à luz uma melhor compreensão da variedade de regimes de cuidado, do fulcro da crise de cuidados e respostas de políticas públicas. Em cada país/regime, a representação da crise e o cardápio de respostas foram mediados por fatores religiosos e culturais impregnados na arquitetura do estado do bem-estar e dos discursos públicos dominantes, aproximando ou afastando, conforme o caso, questões atinentes às mulheres de uma perspectiva de igualdade de gênero. De fato, três distintos regimes de cuidado foram identificados, em um gradiente de perspectivas maternalistas a cegas a gênero a equalizadoras de gênero, segundo suas políticas reforcem papéis tradicionais de gênero, se abstenham de interferir na divisão doméstica do trabalho não pago ou estimulem uma divisão igual de trabalho pago e cuidados entre homens e mulheres (ver Orloff 1996, Borchorst & Birte 2002, Annesley 2007). Esse ramo da literatura é especialmente útil para jogar luz sobre fatores contextuais que assistem à formação de preferências políticas das mulheres e à produção de resultados objetivos com relação às intervenções de conciliação trabalho-família.

Por seu turno, teóricas feministas advertem que políticas orientadas para mulheres não coincidem perfeitamente com os interesses de gênero, especialmente equidade de gênero (Orloff 1996; Borchorst & Birte 2002). A agenda cheia de igualdade de gênero é ambiciosa: ela reivindica que pelo menos três desigualdades sejam eliminadas, a saber, na representação política, onde as mulheres estão menos presentes que os homens; no mercado de trabalho, onde as mulheres recebem salários mais baixos e têm acesso mais difícil a empregos de qualidade e posições de prestígio; e na família, onde a maior parte do trabalho não pago recai sobre elas. Diferentes modelos normativos de estados do bem-estar (na medida em que diretamente atendem a falhas de mercado

e das famílias) são variadamente sensíveis e responsivos a essas demandas. Por exemplo, alguns podem enfatizar as mulheres como cidadãs-trabalhadoras, enquanto outros as favorecem como cidadãs-cuidadoras e outros ainda advogam igualdade no trabalho pago e não pago. Cada modelo tem o seu conjunto de políticas de mulheres e evidentemente os resultados destas variam em função do modelo adotado: cidadãs-trabalhadoras, cidadãs-cuidadoras, ou cidadãs-trabalhadoras e cuidadoras (see Orloff 1996; Fraser 1997, apud Borchorst & Birte 2002). Assim, enquanto o primeiro modelo pode resultar em alguma igualdade no mercado (igualdade de participação) na medida em que seu pacote de conciliação destaca o emprego das mães (creches e licenças parentais), o modelo da cidadã-cuidadora se volta para mães que ficam em casa ao garantir-lhes direitos à proteção social e benefícios monetários e o terceiro modelo responde à igualdade no mercado e na família, pois não apenas facilita o emprego feminino como também se propõe a equilibrar o trabalho não pago, garantindo licenças aos pais e trabalho flexível para homens e mulheres. O terceiro modelo em sua forma plena, que apela simultaneamente às sensibilidades social democrata e feminista, não existe em nenhum lugar: os países nórdicos, os mais próximos de sua realização, ainda convivem com assimetrias no mercado de trabalho (homens no setor privado, mulheres no setor público, por exemplo) e na família (mulheres gastam mais horas em trabalho doméstico e retiram a maior parte da licença parental) apesar de exibirem o mais extenso conjunto de medidas de igualdade de gênero em seu repertório de políticas amigáveis às mulheres (Orloff 1996; Borchorst & Birte 2002). De fato, alguns estudos indicam que normas culturais ainda pesam fortemente (Busdig, Misra & Boeckmann 2012; TAMILINA & TAMILINA 2014).

Empiricamente, o que se sabe sobre a conexão entre desenho do estado do bem-estar e resultados de gênero? Evidentemente, tudo depende de como definimos os resultados, a igualdade trabalho pago e não pago sendo uma das possibilidades. Assim, se por um lado, a provisão de creches e licenças parentais aparece positivamente associada à presença de mães no mercado de trabalho, no trabalho empírico de Keck e Saraceno (2013), Geist (2003) reuniu evidência de que a tricotomia usual de regimes impacta a divisão doméstica do trabalho, uma variável chave na perspectiva da igualdade de gênero. Em particular, essa divisão se mostra mais equilibrada nos países de tradição social democrata do norte da Europa e menos na Europa continental familista. TAMILINA e TAMILINA (2014) mostram que a simetria na alocação do trabalho doméstico entre homens e mulheres é alcançada via dois tipos de intervenção, uma afetando valores (educação e políticas de mercado de trabalho), a outra facilitando o exercício dessas normas (creche ou políticas

de alívio à pobreza), e ainda que o uso exclusivo de apenas uma delas tem conseqüências negativas. Salários mais elevados para as mães aparecem associados à presença de creches e licenças parentais, desde que uma cultura propícia de escolha equitativa também esteja presente, como notado por Budig, Misra & Boeckmann (2012).

Desse modo, regimes de estado do bem-estar parecem fazer a diferença quando se trata de resultados de gênero, mesmo que não esteja claro em que medida os regimes estão formando preferências ou meramente refletindo/reforçando certas visões culturais preexistentes. É possível que as duas causalidades estejam operando em simultâneo. De fato, um elemento de apoio à hipótese de que o desenho do estado do bem-estar exerceria uma influência considerável vem de trabalho empírico comparativo, contrastando países seja em termos de diferenças observadas ao nível dos indivíduos seja ao nível do país. Esse trabalho observou que fatores contextuais pesam mais. Por exemplo, fatores como o desenho do estado do bem-estar jogam papel mais importante do que a barganha ao nível dos casais na determinação da divisão do trabalho doméstico não pago (Geist 2003). Evidentemente não se pode descartar a influência da cultura, já que fatores culturais operam seja no nível dos indivíduos seja dos países, mas, neste último caso, sua incidência é filtrada (modificada/reforçada) por poderosos elementos macro-institucionais que podem ser reconstituídos, a dinâmica política e o desenho do *welfare state* aqui incluídos. De fato, a análise de Morgan de países europeus de distintas tradições familiares provê descrição densa da mudança recente de trajetória em direção a políticas de conciliação levada a cabo por estados de bem-estar conservadores – embora também indique que a cultura tradicionalista de algum modo se infiltrou nas novidades recentes. A Alemanha e a Holanda, dois países de tradição familista, se deslocaram rapidamente em direção à promoção do emprego feminino ao longo dos anos 2000, mas o objetivo de equidade de gênero não se destacou como impulsionador da mudança de atitude, perdendo destaque para outras preocupações mais consensuais, como pressões demográficas (alarmante queda da fecundidade na Alemanha) ou fiscais (crescimento descontrolado das aposentadorias na Holanda) (Morgan 2013; Naumann 2012). Apesar de a equidade de gênero não ter emergido no discurso público dominante nesses países, a participação de mulheres políticas, especialmente no nível executivo, foi crucial para as mudanças acontecerem, como também o foi a habilidade dessas mulheres de advogar práticas equalizadoras em termos outros que não os de igualdade de gênero (Naumann 2012). Alguns observadores veem otimisticamente nas transições recentes do modelo

do homem chefe de família para o modelo do trabalhador adulto uma janela de oportunidade para a agência política das mulheres e o avanço da agenda de igualdade de gênero (Annesley 2007).

Como um último ponto, se é verdade que o envolvimento com o cuidado é um ingrediente importante por trás da abstinência ou assimétrica participação das mulheres na esfera pública, a desigualdade econômica, em si mesma um fator contextual, é ainda outro. E ao passo que o estado do bem-estar pode detectar e dirimir o problema no caso do cuidado, as desigualdades econômicas apresentam um desafio sutil quando tomam a forma de *solução* para o problema dos cuidados.

Em geral, o mais pobre de ambos os sexos costuma fazer mais trabalho doméstico do que os mais ricos, e isso também é verdade para mulheres pobres e ricas (Heisig 2011). Parte do problema é o acesso desigual a tecnologias poupadoras de tempo, mas a outra parte é a desigualdade econômica como se apresenta em mercados de trabalho com baixa regulamentação (ibidem). Esta encontra expressão na polarização que confronta mulheres mais ricas com mulheres pobres que se ocupam dos cuidados seja no serviço doméstico para outras famílias seja fora de casa a baixos salários. Nos mercados de trabalho com baixa regulamentação típicos de estados de bem-estar liberais, as mulheres pobres ingressam no mundo do trabalho pela porta de entrada do setor de serviços ao consumidor, onde, na ausência de provisão pública, as creches privadas (ou o cuidado informal) proliferam, ali encontrando inserção precária e baixa remuneração. Com os baixos salários e diminutos custos do trabalho, as despesas com creches privadas podem se acomodar a virtualmente qualquer orçamento. O paradoxo aparente é que em estados do bem-estar cegos a gênero e com fraca regulação, como o norte-americano, a cobertura de cuidados infantis é quase tão extensiva quanto em estados de bem-estar amigáveis às mulheres com elevada despesa pública em creches (Bonoli & Reber 2010). Mas no primeiro caso, a cobertura repousa sobre uma desigualdade econômica fundamental, que deprime as perspectivas econômicas de mulheres pobres.

Assim sendo, parece possível haver cobertura de cuidados com gasto público ou privado, e também ter as mães trabalhando em todos os estratos de renda, mas com qualidade de serviço de cuidado proporcional à capacidade de pagamento e raízes na precária inserção de mulheres pobres no mercado de trabalho como características distintivas da opção privada. A igualdade de gênero de participação econômica pode conflitar com outros objetivos desejados, incluindo igualdade econômica e a igualdade de chances de vida entre crianças de diferentes ambientes sociais, como a facultada por uma educação infantil de qualidade universal. De novo, o desenho do estado do

bem-estar parece fazer diferença, pois pode exercer algum controle sobre o mercado de trabalho e prover serviços sociais de qualidade, incluindo a oferta de oportunidades para bons empregos para mulheres que entram no mercado de trabalho através da porta de entrada de serviços como as creches. O lado sombrio é que, alternativamente, o estado de bem-estar pode tornar mais difícil ter todas as mulheres do mesmo lado político caso opere em colaboração com as desigualdades econômicas.

4. DISCUSSÃO

A perspectiva social democrata do investimento social entrevê um casamento duradouro entre justiça social e progresso material. Muito depende, seja materialmente seja simbolicamente, do conteúdo de verdade das consequências econômicas esperadas, o que dei como assegurado neste ensaio. Contudo não há garantia. Antes de tudo, o crescente risco sistêmico associado à esmagadora presença do capital financeiro desregulamentado em nosso capitalismo patrimonial (Piketty 2014) é como uma espada de Dâmocles a ameaçar nossas melhores aspirações, embora se possa argumentar que a PIS possa exercer alguma forma de repressão sobre essa ameaça. Mas boa parte parece depender, mesmo que não exclusivamente, de as mulheres reconhecerem na PIS social democrata interesses e perspectivas próprias e se mobilizarem politicamente para promovê-la.

Enquanto a orientação para as mulheres das estratégias de investimento social varia entre os regimes de cuidados, foi possível observar alguma convergência às iniciativas de trabalho-família nas reformas recentes. A aparente convergência esconde, contudo, uma não desprezível negociação entre visões progressistas e traços culturais resilientes, tornando compromissos e recursos à retórica estratégias bastante comuns por trás dos avanços. Por enquanto, o produtivismo promete avançar a justiça e a política de poder está promovendo agendas mais substantivamente comprometidas. E as mulheres aparecem como a ligação crucial para que as afinidades eletivas apareçam. Mas o que acontecerá se a combinação química falhar? E se *tradeoffs* surgirem e, antes ainda, quais as chances de aparecerem?

Em primeiro lugar, é preciso notar certo número de paradoxos cuja solução depende da ajuda da mão visível do estado de bem-estar. Em primeiro lugar, o produtivismo da PIS significa maior mercantilização dos cidadãos, um resultado que contrasta fortemente com o compromisso clássico da social democracia com a desmercantilização. Mas a agenda parece propor a

mercantilização para melhor desmercantilizar, isto é, mais e melhor inserção no mercado de trabalho dos cidadãos para que o welfare state possa prover mais serviços desmercantilizados, incluindo com ênfase crescente, os serviços de cuidado. Analogamente, a PIS assume a promoção da justiça social para estimular o avanço material, isto é, serviços promotores de capacitações para tornar mais produtiva e criativa a força de trabalho. Essa parece ser a condição material de possibilidade para permitir avanços no bem-estar social. Um terceiro alinhamento de adversários prováveis é o que se dá entre interesses individuais ou de grupos e interesses abrangentes, via a tradução dos interesses das mulheres em interesses gerais, uma vez que os cuidados se tornem o centro da PIS e a nova fronteira da igualdade (bandeira clássica da social democracia). E um quarto parece ser o alinhamento entre a política de poder e a política ideológica, quando a democracia política, via competição eleitoral pelos votos desalinhados como o voto das mulheres nas últimas décadas, alcança resultados de democracia social. Enquanto os direitos sociais forem campeões eleitorais, e a pedagogia normativa do estado do bem-estar for um fator por trás da formação de preferências políticas, esse resultado não chegará a surpreender.

Contudo tensões diretas devem surgir. A mercantilização pode ser uma estratégia material apropriada para a promoção de desmercantilização. Mas o que dizer de efeitos secundários negativos, como o aprofundamento do etos de mercado, de incentivos? E o que dizer ainda das desigualdades econômicas que devem emergir como consequência de um domínio mais extenso dos mercados? Essa perspectiva confronta o investimento social com a social democracia. Ademais, investimento social e feminismo não fazem par perfeito: uma perspectiva da diferença, por exemplo, reivindica o direito das mulheres de privilegiar a dedicação ao espaço doméstico ao invés do trabalho externo, expectativa que encontra abrigo no modelo da cidadã-cuidadora mencionado anteriormente. De modo relacionado, social democracia e feminismo não coincidem confortavelmente: enquanto a social democracia prioriza a igualdade social, algumas versões do feminismo podem priorizar a diferença, e estes objetivos podem conflitar na vida real e tornar pouco provável um alinhamento de interesses e perspectivas entre, por exemplo, mulheres situadas nas pontas inferior e superior do mercado de trabalho de serviços (Orloff 2010). Além do mais, descontei a demografia eleitoral como possível obstáculo (o percentual de mulheres na faixa etária mais provável de se beneficiar de políticas de cuidados, por exemplo, pode se constituir em uma minoria) (Van Kersbergen & Vis 2013), ainda que a relação entre grupos demográficos e atitudes

e preferências políticas seja complexa (Meuleman & Chung 2012 evidenciam desalinhamentos entre interesses e perspectivas no apoio ao estado do bem-estar).

Talvez a possibilidade de alinhamentos profundos seja tudo o que se possa afirmar com segurança. Se observarmos a temporalidade da longa duração é possível notar que o centenário estado do bem-estar contou igualmente com alinhamentos improváveis (notavelmente entre capital e trabalho) e muito de sua engenharia foi *a posteriori*, respondendo a consequências não pretendidas. Ao fim e ao cabo, o ofício do estado do bem-estar é a (incompleta) arte de corrigir paradoxos. Em qualquer caso, frente às desafiadoras circunstâncias presentes, o investimento social de tipo social democrata parece uma possibilidade que igualitaristas não podem se dar ao luxo de descartar.

REFERÊNCIAS

- Abendschon, S. & Steinmetz, S., 2014. The Gender Gap in voting revisited: women's party preferences in a European context. *Social Politics*, v.0 n.0 1-30. Doi:10.1093/sp/jxu 009.
- Annesley, C., 2007. Women's political agency and welfare reform: engendering the adult worker model. *Parliamentary Affairs* 60(3), 2007, 452-466.
- Avelar, L. 2001. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Konrad Adenauer; Unesp.
- Barnes, T. & Burchard, S.M. 2012. Engendering politics: the impact of descriptive representation on women's political engagement in Sub-Saharan Africa. *Comparative Political Studies* 46(7) 767-790.
- Bolzendahl, C. & Brooks, C. 2007. Women's political participation and Welfare State spending in 12 capitalist democracies. *Social Forces* 85(4).
- Bonoli, G. & Reber, F. 2010. The political economy of childcare in OECD countries: explaining cross-national variation in spending and coverage rates. *European Journal of Political Research* 49: 97-118.
- Borschorst, A. & Birte, S. 2002. The women friendly welfare states revisited. *NORA* n.2 2002, v. 10, pp. 90-98.

- Budig, M. J., Misra, J. and Boeckmann, I. 2012. The Motherhood Penalty in Cross-National Perspective: The Importance of Work–Family Policies and Cultural Attitudes. *Social Politics*, 19(2), 163-193.
- Caiazza, A., 2004. Does women's representation in elected office lead to women-friendly policy? Analysis of state-level data. *Women and Politics* 26(1), pp. 35-70.
- Campbell, R., Childs, S., & Lovenduski, J. 2009. Do women need women representatives? *British Journal of Political Science*. 40, 171-194.
- Caul, Miki, 1999. Women's representation in parliament. The role of political parties. *Party Politics* 5(10), pp. 79-98.
- Chibber, P. 2002. Why are women politically active? The household, public space, and political participation in India. *International Journal of Comparative Sociology*, 2002, 43 (3-5), pp. 409-429.
- Childs, S. & Krook, M. L., 2008. Critical Mass Theory and Women's Political Representation. *Political Studies*, v. 56, 725–736.
- Dahlerup, D. (1988) 'From a Small to a Large Minority: Women in Scandinavian Politics', *Scandinavian Political Studies*, 11 (4), 275–97.
- D. Stockemer & M. Byrne, 2012. Women's Representation around the World: The Importance of Women's Participation in the Workforce. *Parliamentary Affairs* 65(4) 802-821.
- Esping-Andersen, G. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Esping-Andersen, G., 2009. *The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles*. Cambridge: Polity Press.
- Esping-Andersen, G.; Myles, J.; Gallie, D.; Hemerijck, A. 2002. *Why we need a new welfare state*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- Geist, C., 2003. The welfare state and the home: regime differences in the domestic division of labor. *European Sociological Review* 21(1), 23-41.
- Gibson, C. 2012. Making redistributive direct democracy matter: development and women's participation in the Gram Sabhas of Kerala, India. *American Sociological Review* 77(3), 409-434.
- Heisig, J.P. Who does more housework: rich or poor? A comparison of 33 countries. *American Sociological Review*, Feb 2011, 76(1), 74-95.

- Hernes, H. M., 1987. *Welfare State and Woman Power. Essays in State Feminism*, Norwegian University Press, Oslo.
- Hobson, B. and Lindholm, M. 1997, Collective identities, women's power resources, and the making of welfare states, *Theory and Society* 26, pp. 475-508.
- Keck, W. and Saraceno, C., 2013. The impact of different social-policy frameworks on social inequalities among women in the European Union: the labor-market participation of mothers. *Social Politics* (Fall 2013) 20(3) 297-328.
- Kerstenetzky, C.L., 2012. *O Estado do bem-estar social na idade da razão – a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro: Elsevier.
- Meuleman, B. & Chung, H., 2012, Who should care for the children? Support for government intervention in childcare. IN: H. Ervasti et al. *The future of the Welfare State – social policy attitudes and social capital in Europe*, Edward Elgar.
- Morel, N., Palier, B. & Palme, J., 2012, Social investment: a paradigm in search of a new economic model and political mobilisation. In: — (eds.), *Towards a social investment welfare state?* The Policy Press.
- Morel, N., Palier, B. & Palme, J., 2012, *Towards a social investment welfare state?* The Policy Press.
- Morgan, K. 2012, Promoting social investment through work-family policies: which nations do it and why?, IN: Morel, N., Palier, B. & Palme, J., *Towards a social investment welfare state?* The Policy Press.
- Morgan, K. 2013, Path-shifting of the Welfare State: Electoral competition and the expansion of work-family policies in Europe. *World Politics*, 65(1), 73-115.
- Naumann, I., 2012. Childcare politics in the 'New' Welfare State – class, religion and gender in the shaping of political agendas. IN: G. Bonoli and D. Natali, *The Politics of the New Welfare State*, Oxford University Press.
- Orloff, A. 2010. Gender. IN: F. Castles et al. *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford University Press.
- Orloff, A., 1996, *Gender and the welfare state*. Estudio/Working paper 1996/79. March 1996. 62pp.
- Pateman, C. (1988). The patriarchal welfare state. IN A. Gutman (ed.) *Democracy and the Welfare State*, Princeton University Press, pp. 231-260.

- Pierson, C. (2006), *Beyond the Welfare State?*, Polity.
- Piketty, T. (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, The Belknap Press.
- Phillips, A., 1995. *Politics of Presence*, New York: Clarendon.
- Phillips, A., 1998. “Democracy and Representation: Or, Why Should It Matter Who Our Representatives Are?” in *Feminism and Politics*, Oxford: Oxford University. pp. 224–240.
- Pitkin, H., 1967. *The Concept of Representation*, University of California Press.
- Romero, K. 2014. *Mulheres Políticas e as Políticas de Conciliação entre Família e Trabalho: Um Estudo do Caso Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGCP/UFF.
- Sainsbury, D., 2001. Gender and the making of welfare states: Norway and Sweden. *Social Politics* 8(1), pp. 113-143.
- Tamilina L. & Tamilina, N., 2014. The impact of Welfare State on the Division of Housework in the Family – a new comprehensive theoretical and empirical framework of analysis. *Journal of Family Issues*, 35(6):825-850.
- Taylor-Robinson, M. M. & Heath, R. M. 2003. Do women legislators have different policy priorities than their male colleagues? A critical case test. *Women & Politics* 24(4) 2003.
- Van Kersbergen, K. & B. Vis (2013), Comparative welfare state politics, IN: Van Kersbergen, K. & B. Vis (eds.), *Politics of New Social Risks*, Cambridge University Press.